



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Março de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em março de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	2
Brasil	3
Colômbia.....	5
Equador	7
Guiana	9
Peru.....	10
Suriname	11
Venezuela	12
OTCA.....	14

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No início do mês de março de 2024, o presidente Luis Arce nomeou Alan Lisperguer como novo ministro de Meio Ambiente e Água da Bolívia [1]. Mudanças também aconteceram em outros ministérios e, segundo o presidente boliviano, foram feitas por motivações ligadas às organizações sociais, frisando a importância da transparência e honestidade das autoridades em seus atos [2]. Em seu discurso de posse, Alan Lisperguer afirmou que pretende fortalecer o Ministério do Meio Ambiente e da Água com ações que aumentem o bem-estar da população boliviana, focando em políticas voltadas, principalmente, ao abastecimento de água [1].

Na política externa, a Bolívia e a União Europeia (UE) concluíram, no dia 18 de março, a assinatura do documento intitulado “Adaptação às alterações climáticas através da gestão e governação das bacias hidrográficas, das florestas e da gestão dos riscos de catástrofes”. Pela parceria, a organização europeia investirá mais de 31 milhões de euros no país sul-americano, focando especialmente em ações voltadas para mitigar as mudanças climáticas no país e na região [3]. A ministra das relações exteriores da Bolívia, Celinda Sosa, afirmou que os recursos apoiarão projetos de “conservação, restauração, governança e uso sustentável dos recursos naturais, da biodiversidade e do ecossistema, incluindo florestas”, bem como projetos que reforcem a “prevenção e a gestão dos riscos de catástrofes a nível nacional e subnacional no âmbito do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES, sigla em espanhol) de 2021 a 2025” [3]. Sosa enfatizou, ainda, o compromisso do Estado boliviano em adotar medidas em que o setor privado e a sociedade tenham participação ativa, inclusive iniciativas para melhorar a gestão de comunidades frente às mudanças climáticas, garantindo “a segurança hídrica, alimentar e o equilíbrio dos sistemas de vida” [3]. Por sua vez, o representante do Comissário da União Europeia, Virginijus Sinkevicius, destacou que “a Bolívia é um parceiro importante para a Europa na América do Sul” [4]. A primeira remessa do dinheiro da ação já foi realizada em dezembro de 2023, na quantia de 8 milhões de euros [5].

Referências

- [1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/arce-cambia-a-cinco-ministros-de-su-gabinete_358766
- [2] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/03/lisperguer-es-posesionado-por-el-presidente-arce-c-omo-nuevo-ministro-de-medio-ambiente-y-agua/>
- [3] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/03/18/14364/>
- [4] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/03/gobierno-y-la-ue-realizan-la-presentacion-oficial-d-el-apoyo-presupuestario-de-31-millones-de-euros-para-respaldar-los-planes-nacionales-de-conservacion-ambiental/>
- [5] Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2024/03/18/bolivia-y-union-europea-firman-acuerdo-sobre-cambio-climatico/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Março de 2024 foi marcado, sobretudo, pelo estreitamento de uma parceria entre Brasil e França em prol da Amazônia. No dia 26, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu seu homólogo francês, Emmanuel Macron, em Belém. Ambos firmaram o Apelo de Belém (Chamado Brasil-França à Ambição Climática de Paris a Belém e Além), que incentiva ações coletivas globais de enfrentamento das mudanças climáticas, fomento da transição energética, reforma da arquitetura financeira internacional para atender as necessidades de transformação ecológica, preservação da Amazônia e outros biomas, proteção dos povos indígenas, luta contra o desmatamento e combate à mineração ilegal. Os dois países se comprometem a realizar diálogos técnicos e contatos de alto nível entre si para cooperar nestes esforços [1].

Além disso, Lula e Macron também lançaram um Plano de Ação sobre a Bioeconomia e a Proteção das Florestas Tropicais, que reúne quatro objetivos bilaterais: 1) promover, no âmbito do G20, um plano de investimento global, público e privado, para a bioeconomia; 2) elaborar um programa de investimentos em bioeconomia para a Amazônia brasileira e guianense, assim como alavancar 1 bilhão de euros em investimentos públicos e privados para executá-lo nos próximos quatro anos; 3) defender os mais altos padrões para um mercado de carbono capaz de remunerar os países florestais que investem na restauração de sumidouros de Gases de Efeito Estufa (GEE); e 4) promover parcerias inovadoras em todo o mundo para financiar a proteção das florestas tropicais e da biodiversidade [1].

Por fim, o encontro entre Lula e Macron em Belém incluiu uma cerimônia de condecoração do cacique Raoni Metuktire, da etnia Kayapó, com a Ordem Nacional da Legião de Honra, maior comenda que a França concede a nacionais e estrangeiros. No seu discurso, o presidente francês destacou o empenho de Raoni na proteção da floresta amazônica e na conquista de direitos aos povos indígenas. Por sua vez, Lula reiterou o compromisso em zerar o desmatamento da Amazônia até 2030 e aumentar demarcações de terras indígenas. O evento contou com a presença de representantes da Guiana Francesa e de diversas lideranças indígenas [2].

Dois dias depois do encontro no Pará, Lula e Macron tiveram uma reunião bilateral em Brasília. O encontro resultou em 21 acordos de cooperação, em diversas áreas. A maioria dos textos foi assinada pelo chanceler brasileiro, Mauro Viera, e sua homóloga francesa, Stéphane Séjourné, com exceção do Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-França, firmado pelos presidentes, em substituição a um plano de 2008. O item 11 do plano sintetiza uma visão conjunta sobre a Amazônia:

11. O Brasil e a França, dois países presentes na Amazônia, defenderão nos próximos dois anos agenda de proteção das florestas em escala global, que se baseia na transformação da economia, promoção da bioeconomia e valorização dos serviços ecossistêmicos, na inovação e na ciência e no reconhecimento e direitos dos povos indígenas e comunidades locais. No intuito de reconciliar a proteção da floresta com o desenvolvimento econômico, ambos os países adotam um roteiro bilateral para a bioeconomia e a proteção das florestas, cujos princípios defenderão em escala global até na COP30 em Belém do Pará, no coração da Amazônia, e em seu seguimento [3, s.p.].

Entre os demais acordos lançados, há a Declaração de Intenções sobre a Retomada do Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica, criado em 2008, a fim de promover pesquisas científicas e cooperação universitária na área do bioma amazônico. Uma primeira reunião do conselho binacional do centro foi marcada para setembro de 2024 [3]. Também foram firmados o Protocolo de Intenções entre o Banco da Amazônia (BASA) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e a Carta de Intenções sobre a Cooperação entre o Parque Amazônico da Guiana e o Parque das Montanhas do Tumucumaque [3].

Apesar do destaque dado à importância dos povos indígenas para a preservação da Amazônia franco-brasileira, no dia 4 de março, indígenas dos povos Kayapó, Munduruku, Panará, Xavante e do Tapajós, além de ribeirinhos e agricultores familiares, realizaram um protesto em Santarém, no Pará, contra a construção da

ferrovia Ferrogrão, incluída no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal. O projeto conta com 933 km de extensão, tem custo estimado de R\$ 24 bilhões e ligará a cidade de Sinop, no Mato Grosso, ao porto paraense de Miritituba, para fins de agroexportação, passando por áreas de preservação permanente e terras indígenas, onde vivem aproximadamente 2,6 mil pessoas. Segundo a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, não houve ainda uma consulta prévia livre e informada aos povos indígenas, e os estudos de impacto e risco socioambiental seriam frágeis [4]. No dia 7 de março, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, reuniu-se com o ministro dos Transportes, Renan Filho, e obteve o compromisso de que haverá uma consulta a povos de 16 territórios indígenas potencialmente afetados pela Ferrogrão [5].

Por fim, cabe registrar que a Universidade de Maryland e o World Resources Institute (WRI) divulgaram um estudo que avalia que o desmatamento de florestas tropicais no Brasil teve uma queda de 39% no ano de 2023, em comparação com 2022. Também foi apontado que a Colômbia teve um desempenho positivo no combate ao desmatamento em relação a 2022. A equipe de pesquisa atribui às novas lideranças dos dois países, Lula e Petro, um papel fundamental para os resultados positivos, pois seus discursos e medidas favoráveis à preservação ambiental teriam repercussão concreta na realidade [6].

Referências

[1] Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-franca-2013-declaracoes-na-area-ambiental.

[2] Disponível em:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/pronunciamento-do-presidente-lula-durante-condecoracao-do-presidente-frances-e-emmanuel-macron-ao-lider-indigena-raoni-metuktire>.

[3] Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adota-dos-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-franca-emmanuel-macron-ao-brasil.

[4] Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/indigenas-protestam-contrucao-da-ferrograo>.

[5] Disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/acordo-entre-sonia-guajajara-e-renan-filho-impactara-obra-da-ferrograo>.

[6] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgrywl9ypxo>.

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

A Colômbia iniciou o mês de março de 2024 se preparando para sediar a XVI Conferência das Partes (COP16) da Convenção sobre Biodiversidade da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontecerá entre outubro e novembro de 2024, na cidade de Cali. No dia 6 de março, delegações da Colômbia e do Reino Unido se reuniram para abordar temas estratégicos para as partes no evento [1]. Para o Reino Unido, o papel da Colômbia em conferências climáticas como a COP16 é fundamental para se chegar a um resultado ambicioso e para ampliar o escopo de proteção à Amazônia.

Por sua vez, em entrevista à imprensa em 21 de março, o presidente colombiano Gustavo Petro afirmou que vê os países amazônicos como peças-chaves para se alcançar bons resultados nas negociações climáticas nos próximos anos [2]. Petro avaliou que tanto a Colômbia, com a COP16 da Biodiversidade, quanto o Brasil, que assumiu a presidência do G20 e se prepara para sediar a COP30 do Clima em 2025, inserem a região em fóruns estratégicos e que o sentido da ação deve ser a busca por encaminhamentos que levem à eliminação progressiva de combustíveis fósseis.

A Colômbia e o Brasil também se destacaram por seus resultados positivos na redução de desmatamento. De acordo com uma pesquisa realizada por analistas do laboratório GLAD da Universidade de Maryland e do World Resources Institute, o desmatamento florestal foi reduzido em 36% no Brasil e 49% na Colômbia em 2023 [3]. Diante do resultado, no dia 4 de março, Petro declarou que tanto o Fundo para a Vida, criado em outubro de 2023 para proteger a biodiversidade colombiana [4], quanto a possível inserção da revitalização da Amazônia em programas de substituição de economia ilícita podem impulsionar a redução do desmatamento ainda mais [5].

No geral, como afirmado na entrevista de 21 de março, Petro acredita que o comércio ilícito de drogas acelerou a destruição ambiental da região ao aumentar a exploração madeireira e reforçar a mineração ilegal [5]. O cultivo ilegal de coca também seria parte do problema [7]. Para Petro, a reação na forma de uma “guerra às drogas” só piorou o cenário em governos anteriores. Nas suas palavras, “temos de acabar com o ciclo atual, em que os segmentos pobres das nossas sociedades [...] são

forçados a passar à clandestinidade, empobrecendo regiões que estão essencialmente impedidas de ter oportunidades econômicas” [5]. A solução, para o presidente colombiano, seria uma regulamentação dos mercados que seja capaz de enfrentar problemas sociais e ambientais simultaneamente [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Colombia-y-Reino-Unido-fortalecen-sus-relaciones-bilaterales-de-cara-a-la-COP16-de-Biodiversidad-240306.aspx>
- [2] Disponível em: <https://es.euronews.com/green/2024/03/22/es-la-hora-de-que-el-amazonas-lidere-en-transicion-justa-descriminalizacion-y-accion-clima>
- [3] Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2024-04-04/amazon-deforestation-plunges-in-brazil-and-colombia-bucking-global-trend>
<https://jacobin.com.br/2024/03/gustavo-petro-quer-acabar-com-a-guerra-as-drogas/>
- [4] Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Novembro-2023.pdf>
- [5] Disponível em: <https://twitter.com/petrogustavo/status/1776016699440902209>
- [6] Disponível em: <https://es.euronews.com/green/2024/03/22/es-la-hora-de-que-el-amazonas-lidere-en-transicion-justa-descriminalizacion-y-accion-clima>
- [7] Disponível em: <https://jacobin.com.br/2024/03/gustavo-petro-quer-acabar-com-a-guerra-as-drogas/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 7 de março de 2024, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um relatório em que acusa o Estado equatoriano de violações à Convenção OIT nº 169, que versa sobre direitos de povos indígenas, por ações do governo contra comunidades da região da Amazônia equatoriana [1]. Uma reclamação foi levada à OIT em 2021 em favor do povo indígena Shuar Arutam pelas organizações *Internacional de Servicios Públicos* (ISP), *Confederación Nacional de Servidores Públicos del Ecuador* (CONASEP) e *Federación Nacional de Obreros de los Gobiernos Provinciales del Ecuador* (FENOGOPRE), que criticavam 13 projetos de mineração, na forma de concessões liberadas pelo governo equatoriano em 2011, que acarretaram em impactos sociais, econômicos e ambientais negativos [2].

O relatório da OIT apontou violações de direitos sociais, perseguição a lideranças locais e graves impactos decorrentes de atividades de mineração ilegal na região da Cordilheira do Condor. Também lembrou que, apesar de existir uma decisão do ano de 2022 da Corte Constitucional favorável a uma reparação do povo Shuar Arutam, as medidas designadas na sentença não foram implementadas até o presente momento. O relatório condenou, ainda, a exploração de cobre pela empresa canadense Solares Resources, que negocia a implementação de uma planta de mineração próxima as comunidades indígenas Warints e Yawi.

A divulgação do relatório da OIT coincidiu com a primeira participação de um presidente equatoriano em uma reunião da Comunidade de Exploração e Desenvolvimento Mineiro, ocorrida no dia 4 de março, no Canadá [3]. O presidente incumbente, Daniel Noboa, demonstrou interesse em reverter medidas que limitam a exploração mineral na região amazônica e abrir a economia do país para mineradoras estrangeiras, estabelecendo medidas que favoreçam a ampliação de investimentos e a redução de contenciosos legais [4]. Com as medidas, o governo espera atrair até 4,8 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros, inclusive para empreendimentos na região amazônica. Grupos ambientalistas manifestaram oposição ao pronunciamento do presidente e afirmaram que as medidas vão na contramão dos resultados de plebiscitos realizados em 2023, que limitaram a mineração e a exploração de petróleo em áreas de interesse ecológico, como a Floresta Amazônica e o Choco Andino [5].

A Amazônia equatoriana também foi afetada por um vazamento de petróleo cru na província de Napo, conforme comunicado emitido pela empresa *Oleoducto de Crudos Pesados* (OCP) [6]. O vazamento afetou o funcionamento da hidrelétrica Coca Codo Sinclair, uma das mais importantes do país. O histórico de derramamentos de petróleo no bioma amazônico do Equador não é recente, considerando que, em 2022, uma ruptura no mesmo OCP despejou o equivalente a 6.300 barris de petróleo no Parque Nacional Cayambe-Coca. A Ministra do Meio Ambiente, Sade Fritschi, esteve na província de Sucumbíos para supervisionar como os vazamentos afetaram o Río Shushufindi e o setor Sacha [7].

No que concerne o combate ao desmatamento na Amazônia, em 28 de março, o *Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica* (MAATE) apresentou a *Estrategia Nacional Forestal* com o objetivo de reduzir o fenômeno, melhorar a produção sustentável e impulsionar a gestão sustentável das florestas [8]. A ação é apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

e pelo Fundo de Investimento Ambiental Sustentável (FIAS), além de ser coordenada pelo *Ministerio de Agricultura y Ganaderia* (MAG) e outros órgãos de Estado do Equador.

Referências

- [1] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2024/03/oit-ecuador-incumplio-convenio-169-en-proyectos-mineros-amazonia/>
- [2] Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_916399.pdf
- [3] Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/ecuador-concreto-canada-seis-contratos-inversion-minera-192002.html>
- [4] Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/noboa-mineria-canada-feria-catastro-inversion/>
- [5] Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/mineria-petroleo-canada-noboa>
- [6] Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/agencias/fuga-de-crudo-en-amazonia-de-ecuador-reduce-temporalmente-capacidad-de-hidroelectrica-nid23032024/>
- [7] Disponível em: <https://www.vistazo.com/actualidad/nacional/sade-fritschi-criticada-por-desatinada-declaracion-errores-de-nerviosismo-XA7103312>
- [8] Disponível em: <https://www.fao.org/ecuador/noticias/detail-events/en/c/1680259>

Guiana

Por Guilherme Fritz

A tensão entre Guiana e Venezuela em torno da soberania de Essequibo se manteve em destaque na agenda da política guianesa. O território é praticamente sinônimo de sobrevivência para o país, pois guarda reservas de petróleo. Desde de 2020, a matéria-prima corresponde à maior parte das exportações guianesas [1], tendo se tornado fundamental para a estratégia de desenvolvimento do país com a segunda menor população da América do Sul [2] e um dos mais pobres [3]. A renda do petróleo é a principal aposta do governo de Irfaan Ali para programas de desenvolvimento infraestruturais, como o projeto *Silica City*, que pretende construir uma cidade movida a energia limpa [4]. Manter a soberania sobre Essequibo é, pois, fundamental [5]. Os presidentes Irfaan Ali e Nicolás

Maduro já se encontraram algumas vezes para discutir a questão [6], evidenciando certa disposição ao diálogo, porém há dúvidas sobre a solidez da postura por parte do presidente venezuelano.

Além desta incerteza, a exploração de petróleo possui resistência no próprio sistema internacional. O debate sobre combustíveis fósseis não possui uma definição simples, mas por vezes assume a polarização simplificadora de “países desenvolvidos *versus* países em desenvolvimento”. Os países que se beneficiaram da Revolução Industrial pressionam para que os países submetidos ao atraso não trilhem os mesmos caminhos de desenvolvimento, pois o custo ambiental seria elevado. Por sua vez, os países em desenvolvimento frequentemente alegam que a análise de emissões de GEE não deve considerar apenas os valores atuais, mas também os estoques de poluição atmosférica gerados no passado e que cabe ao Norte compensar sua maior responsabilidade histórica auxiliando o Sul na concretização do seu direito ao desenvolvimento [7].

O governo Ali reproduz a posição comum de um país em desenvolvimento e entende que não existem soluções que resultem em melhoria ambiental sem avanço no enfrentamento da pobreza e da superação do atraso econômico. No dia 28 de março, o presidente guianês concedeu uma entrevista ao programa *HardTALK* da BBC, canal britânico de televisão, e deixou evidente a tensão que perpassa o tema dos combustíveis fósseis hoje [8]. Confrontado pelo entrevistador sobre os danos climáticos que a geração de petróleo no país ocasionará, Ali recusou receber o que considerou ser um sermão, defendeu o imperativo de se superar a pobreza na Guiana e afirmou que europeus estão entre os principais responsáveis pela emergência climática, ao passo que a Guiana manteve a floresta amazônica de pé sem receber nada por isso até hoje.

Referências

[1] Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/guy?yearSelector1=2020>

[2] Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2022&locations=GY-AR-BO-BR-CL-CO-EC-PY-PE-SE-SR-UY-VE&start=2022&view=bar>

[3] Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=BO-AR-BR-EC-GY-PY-VE-CL-UY-PE-SR>

[4] Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/03/guiana-comeca-a-erguer-silica-city-sua-cidade-do-futuro-mesmo-sem-projeto.shtml>

[5] Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/queremos-a-paz-com-a-venezuela-diz-presidente-da-guiana/>

[6] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgr3ke9xgrlo> ;

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/25/em-meio-a-crise-sobre-essequibo-itamaraty-recebe-reuniao-entre-guiana-e-venezuela.ghtml> ;

<https://www.metropoles.com/mundo/maduro-e-presidente-da-guiana-trocam-presentes-dial-ogo-e-paz>

[7] Disponível em: <https://branko2f7.substack.com/p/should-poor-countries-remain-poor>

[8] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uyOo7J18aXA&t=3s>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

O fortalecimento do controle sobre as fronteiras com os demais países da Pan-Amazônia é um dos principais desafios da política externa peruana, conforme manifestado ao longo do mês de março. O Ministério de Relações Exteriores (MRE) atuou nos departamentos¹ de Loreto, do Amazonas e de Madre de Dios, localizados na região amazônica, de forma a combater crimes transnacionais e promover políticas de desenvolvimento sustentável.

No departamento de Loreto, o MRE apoiou a criação do Comitê de Desenvolvimento de Fronteiras e Integração Fronteiriça. Em nota, a chancelaria cita que tais iniciativas são “de grande importância para o desenvolvimento da região amazônica”, pois “reúnem líderes comprometidos com o progresso da região, têm como objetivo promover atividades para o desenvolvimento sustentável em áreas fronteiriças e abordam questões relacionadas com a integração, educação, saúde, entre outros temas”. Loreto é o maior departamento do país e está localizado no norte do país, fazendo fronteira com Brasil, Colômbia e Equador [1].

No departamento do Amazonas, localizado na divisa com o Equador, a chancelaria conformou uma mesa de trabalho juntos às autoridades departamentais (incluindo o governador, o chefe da Polícia Nacional do Peru, prefeitos e líderes comunitários) para enfrentar a mineração ilegal. O diretor da chancelaria do Amazonas, Iván Silva, destacou a necessidade de se articular soluções multissetoriais que impliquem não apenas no combate aos delitos, mas também no controle das zonas de

¹ O território nacional do Peru é dividido em 25 unidades subnacionais, que são denominadas de “departamentos”.

fronteiras por meio de “atividades e alternativas de desenvolvimento em favor da cidadania” [2].

Em Madre de Dios, funcionários do MRE fizeram viagens pela região da fronteira com o Brasil e a Bolívia, com o objetivo de “conhecer as necessidades das populações locais e avaliar a execução de projetos”. Além disso, em coordenação com o *Proyecto Especial Madre de Dios* (PEMD), entidade vinculada ao governo subnacional que visa a promover o desenvolvimento sustentável do departamento, o MRE organizou reuniões com especialistas e com a população local para avançar na implementação do projeto *Fortalecimiento de cadenas de valor sostenibles de Comunidades Nativas en la Amazonia Peruana*. A iniciativa combina os objetivos de promover integração fronteiriça, desenvolvimento sustentável e empoderamento das comunidades nativas, e conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento desde 2022 [3].

Referências

[1] Disponível em:

<https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/919606-loreto-instalan-comite-provincial-d-e-desarrollo-de-fronteras-e-integracion-fronteriza-en-ramon-castilla-y-yavari>

[2] Disponível em:

<https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/912277-cancilleria-amazonas-conforma-mesa-de-trabajo-con-autoridades-regionales-para-erradicar-la-mineria-ilegal-en-zonas-de-frontera>

[3] Disponível em:

<https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/920289-cancilleria-puerto-maldonado-y-proyecto-especial-madre-de-dios-trabajan-juntos-en-zonas-fronterizas>

Suriname

Por Guilherme Fritz

O Suriname tem enfrentado desafios climáticos como a seca e os baixos níveis de reservas de água. No dia 6 de março, o país realizou uma reunião com o Fundo Verde para o Clima (GCF na sigla em inglês) [1], com o intuito de pedir assistência para o planejamento de estratégias sustentáveis para combater as mudanças climáticas e seus efeitos deletérios no país. Para tanto, o país busca qualificar-se para receber financiamento externo. A reunião contou com a presença dos Ministros Marciano Dasai (Ordenamento do Território e Meio Ambiente) e Albert Ramdin (Negócios Estrangeiros, Negócios Internacionais e Cooperação) [2].

Além disso, no dia 13 de março, durante uma reunião governamental, o presidente Santokhi chamou atenção para a urgência dos desafios climáticos, que oferecem riscos imediatos ao Suriname. Pontuou que a escassez de água não afeta apenas o abastecimento hídrico, mas também os transportes fluviais. Entre as ações elencadas pelo governo no encontro, frisou-se a necessidade de melhorar a capacidade de adquirir financiamento externo para tratar de desastres nacionais, em convergência com a reunião que ocorreu anteriormente com o GCF [3].

Referências

[1] Disponível em:

<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/fundo-verde-do-clima/o-fundo-verde-do-clima-gcf-1#:~:text=O%20Fundo%20Verde%20para%20o,baixo%20carbono%20e%20resili%C3%Aancia%20clim%C3%A1tica.>

[2] Disponível em:

<https://gov.sr/suriname-neemt-initiatief-in-strijd-tegen-klimaatverandering/>

[3] Disponível em:

<https://gov.sr/president-santokhi-benadrukt-urgentie-klimaatverandering/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em consonância com as ações realizadas desde 2023, o governo venezuelano, sob atuação da Força Armada Nacional Bolivariana da Venezuela (FANB), manteve, em março, as ações de desmonte de acampamentos ilegais em territórios da Amazônia venezuelana, nos estados de Bolívar e Amazonas. Desde o início de 2024, operações da FANB vem ocorrendo no estado de Amazonas (Operação Escudo Bolivariano Neblina 2024) e em Bolívar (Operação Roraima 2024).

No dia 5 de março, as forças armadas detectaram e destruíram 5 balsas utilizadas para atividades de mineração ilegal no Rio Cunucuma (Amazonas) [1]. O comandante estratégico-operacional, Domingo Hernández Lárez, afirmou que foram apreendidos “martelos de percussão, usinas e outros materiais de apoio logístico às atividades de depreciação ambiental”. No dia seguinte, foi desmantelado um acampamento no município de Maroa (Amazonas).

Segundo Hernández Lárez, o objetivo, com as ações, é que a Venezuela se torne um território de paz. Afirmou, ainda, que “a implantação de minas a céu aberto ou a

exploração de hidrocarbonetos não será permitida na Amazônia venezuelana” [2]. Posteriormente, no dia 10, oito minas ilegais foram desmontadas e 28 pessoas foram capturadas no parque nacional de Yapacana (Amazonas) [3] para, posteriormente, serem transladadas para Puerto Ayacucho [4].

Por sua vez, em Bolívar, no dia 12, o comandante Hernández Lárez comunicou que, até então, cerca de 1.850 mineradores ilegais já haviam sido deslocados de espaços ambientais protegidos do estado. O primeiro grupo se encontrava no território de La Colonial, no Parque Nacional Caura, e o segundo, na mina El Silencio, parte da Reserva Forestal de Imataca [5]. O número de mineradores ilegais retirados de áreas protegidas aumentou, no dia 16, com o anúncio do porta-voz das Forças Armadas, para mais 2.500, desta vez oriundos da mina La Colonial (Bolívar) [6].

Avançando nas operações, no dia 19, foi publicado que mais 491 pessoas foram retiradas do estado de Bolívar pelo mesmo motivo, provenientes do município de Gran Sabana [7]. No dia 25, Hernández Lárez anunciou que uma embarcação e três jangadas destinadas à mineração ilegal foram destruídas na bacia do rio Aro, no município de Angostura del Orinoco (Bolívar) [8]. Por fim, no dia 26, a FANB localizou, desmantelou e destruiu um acampamento logístico utilizado para mineração ilegal em La Flor, município de Angostura (Bolívar) [9].

Com a intensificação das operações da FANB, em menos de um mês, mais de 7.000 garimpeiros ilegais foram desalojados da região da Amazônia venezuelana, por “praticarem ecocídio arbitrário e descontrolado, desrespeitando o ordenamento territorial”, como afirmou Hernández Lárez. Ademais, o comandante defendeu que tais operações se dão “em conformidade com os planos de segurança, defesa e proteção ambiental” do governo de Nicolás Maduro, os quais estão em curso desde 2023. No entanto, os balanços oficiais das operações não apresentam detalhes acerca do destino das pessoas que foram desalojadas, nem mesmo informam se houve algum processo legal após a evacuação [10].

Referências

[1] Disponível em:
<https://www.eluniversal.com/sucesos/176394/fanb-destruyo-5-balsas-usadas-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas>

- [2] Disponível em:
<https://www.eluniversal.com/sucesos/176476/fanb-desmantela-campamento-minero-en-el-estado-amazonas>
- [3] Disponível em:
<https://efectococuyo.com/sucesos/militares-destruyen-8-minas-ilegales-y-detienen-a-28-personas-en-amazonas/>
- [4] Disponível em:
<https://www.eluniversal.com/sucesos/176826/fanb-detiene-a-28-personas-por-mineria-ilegal-en-bolivar-y-amazonas>
- [5] Disponível em:
<https://www.eluniversal.com/sucesos/176912/1850-personas-desalojo-la-fanb-de-dos-minas-ilegales-en-bolivar>
- [6] Disponível em:
<https://www.eluniversal.com/sucesos/177255/fanb-evacua-mas-de-2500-mineros-ilegales-de-la-mina-la-colonial-en-bolivar>
- [7] Disponível em:
<https://www.eluniversal.com/sucesos/177477/militares-desalojan-casi-500-personas-de-una-mina-ilegal-en-bolivar>
- [8] Disponível em:
<https://www.eluniversal.com/sucesos/177929/fanb-destruye-embarcaciones-destinadas-a-mineria-ilegal-en-bolivar>
- [9] Disponível em:
<https://www.eluniversal.com/sucesos/178023/fanb-desmantela-campamento-logistico-de-mineria-ilegal-en-el-estado-bolivar>
- [10] Disponível em:
<https://www.elnacional.com/venezuela/sucesos/mas-de-7-000-mineros-ilegales-desaloja-dos-de-amazonas-y-bolivar-en-menos-de-un-mes/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

O mês de março começou com um levantamento dos resultados da Oficina Nacional do Programa de Ações Estratégicas (PAE) realizada em Brasília, na sede da OTCA, que reuniu membros de movimentos sociais, especialistas e representantes de comunidades tradicionais [1]. Foi divulgado, no dia 4, que os participantes debateram o uso estratégico de recursos hídricos e aspectos culturais relacionados à água em sua dimensão transfronteiriça, com ênfase na proposta de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) dentro do Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF). As autoridades presentes destacaram que a cooperação entre os países é fundamental na busca pela segurança hídrica da região amazônica, além de contribuir para a justiça climática e a promoção social.

Considerando o aumento da frequência de secas e inundações, os participantes da oficina reforçaram que algumas ações são prioritárias, como o estabelecimento de

redes de monitoramento hidrológico e a instalação de sistemas de alerta. Outros pontos discutidos foram o incremento do conhecimento hidrológico e de modelos de gestão para a bacia amazônica que incluam terras indígenas e unidades de conservação. Neste ponto, os participantes acrescentaram recomendações para garantir a participação e a inclusão de povos e comunidades tradicionais nos sistemas de gerenciamento e governança, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e a criação de uma comissão transfronteiriça permanente de povos e comunidades tradicionais no âmbito da OTCA.

A oficina incluiu uma capacitação de gênero voltada para todas as etapas do projeto, com o acréscimo da abordagem da interseccionalidade para assegurar outras condições de vulnerabilidade das populações, como raça, identidade cultural, entre outros. No marco da educação, a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, se encontrou com o presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG/Brasil), com o intuito de aproximar as duas instituições [2]. Igualmente importante, na visão de ambos, é a retomada do diálogo entre OTCA e UNAMAZ e a presidência do Brasil no G20.

No mesmo dia foi noticiado um encontro entre Grazziotin, Mariana Folly e João Cumarú, respectivamente Diretora Executiva e Especialista em Advocacy da Plataforma CIPÓ [3]. Folly apresentou o relatório final do workshop “Cooperação Internacional pela Amazônia: caminhos para a implementação da Declaração de Belém”, realizado em outubro passado com o apoio da OTCA. Ela enfatizou as 29 resoluções aprovadas durante a XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores, realizada em novembro de 2023.

No dia 6 de março, em entrevista concedida à OTCA, o professor Naziano Filizola, filiado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), analisou a importância e os impactos do Sistema Integrado de Monitoramento de Recursos Hídricos e a criação da Plataforma Regional Integrada de Informações sobre Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) [4]. Na entrevista, Filizola destacou os desafios para a harmonização de procedimentos e protocolos utilizados no monitoramento das águas nos diferentes países, bem como as dificuldades de obtenção de informações consistentes. Porém, destacou que a OTCA vem colaborando para agilizar a padronização dos procedimentos e garantir o acesso a insumos técnicos e financiamentos, frisando também a importância da cooperação regional e a atuação de instituições subnacionais nesse processo.

O professor falou sobre a inclusão da sociedade civil na construção de um panorama realista da situação da rede hidrológica, à exemplo da Iniciativa MAP, movimento transfronteiriço da Amazônia Sul Ocidental que atua no desenvolvimento sustentável da região. Com isso, Filizola apontou que um de seus objetivos é organizar seminários para o compartilhamento de informações técnicas e científicas e a mensuração das experiências dos usuários, com o intuito de garantir o aperfeiçoamento contínuo da Plataforma Regional Integrada de Informações sobre a GIRH. Ao fim da entrevista, o especialista pontuou a possibilidade de a OTCA participar de projetos associados à Organização Meteorológica Mundial (OMM), como o WHOS, plataforma que disponibiliza dados hidrometeorológicos, e o HydroSOS, que mapeará o estado de reservas superficiais e subterrâneas de água em diferentes partes do mundo.

Entre os dias 6 e 10 de março, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou da Reunião das Assembleias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada na República Dominicana [5]. No evento “Diálogo de Política Regional: Amazônia Sempre”, ela pontuou os desafios da cooperação na região amazônica e as atividades da organização para o cumprimento da Declaração de Belém. Além disso, Grazziotin elogiou as iniciativas do BID voltadas para o financiamento de ações na Amazônia e enfatizou a necessidade de se coordenar esforços e planejar ações com o aporte de investimentos públicos e privados e aqueles provenientes de cooperação internacional. Nesse ponto, foi divulgado que a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) e o BID formalizaram uma parceria que vai aumentar a capacidade de empréstimo para a estratégia “Amazônia Sempre” em US\$ 469 milhões.

Além dos países amazônicos, participaram também do evento representantes de Canadá, Suíça, Holanda, Finlândia, Noruega e outros. A agenda da Diretora-Executiva da OTCA também incluiu reuniões bilaterais com autoridades do BID, com o Governador do Tocantins, Wanderley Barbosa, com a Coordenadora Geral das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), Fany Kuiru Castro, e com a Diretora Geral do Instituto de Pesquisa Científica da Amazônia da Colômbia (SINCHI), Luz Marina Mantilla Cárdenas, além do encontro com a Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Simone Tebet, que tratou de cinco rotas de integração sul-americana capazes de conectar os países-membros da OTCA.

Em outro momento, no dia 11 de março, representantes da OTCA, do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) do Brasil e da Agência Nacional de

Águas (ANA) do país se encontraram para reforçar o comprometimento em garantir o desenvolvimento sustentável da Amazônia [6]. O foco da reunião foi discutir a participação da OTCA em um evento promovido pelo Ministério, em Manaus. A agenda de eventos da OTCA também incluiu, nos dias 12 e 13 de março, a reunião preparatória para a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias 2024, que acontecerá em Belém do Pará, em novembro [7][8]. Com o apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), a reunião discutiu estratégias de cooperação regional nos marcos da Declaração de Belém, dando destaque aos crimes ambientais.

Também no dia 13, foi divulgado encontro realizado entre membros da OTCA e do Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior na América Latina e Caribe (CRECES), uma iniciativa promovida pela UNESCO-IESALC² [9]. O objetivo da reunião foi discutir possíveis colaborações entre as duas instituições para os preparativos da COP-30, em 2025. A reativação da UNAMAZ e o potencial do setor de pesquisas e inovação da região amazônica também compuseram a pauta. Mantendo a COP-30 no horizonte, a Diretora-Executiva da OTCA participou, no dia 15 de março, da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, em Belém do Pará [10]. Junto ao prefeito da cidade, Antônio Lemos, Grazziotin também esteve no Comitê Executivo do Fórum de Cidades Amazônicas pontuando os desafios impostos pelas mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O evento foi promovido pela Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC), com apoio de entidades da sociedade e órgãos governamentais.

Atividades de pesquisa e inovação somadas aos preparativos para a COP-30 também foram tema de reunião entre representantes da OTCA e do Programa Universitário Amazônico (PUAM) realizada no dia 18 de março [11]. No encontro, os participantes falaram sobre possibilidades de cooperação institucional e articulação de universidades católicas em prol do desenvolvimento da Amazônia. Dentre as atividades, houve destaque para o Observatório Regional Amazônico (ORA) e para as propostas de futuras colaborações com o PUAM. Representando o Programa, estiveram o Padre Fernando PonceSJ, presidente da Associação de Universidades confiadas à Companhia de Jesus na América Latina e Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Equador, e Maurício López, diretor da PUAM.

Dando prosseguimento às atividades, a Diretora Administrativa da OTCA, Edith Paredes, e o Especialista em Pesca e Coordenador do Observatório Regional

² *International Institute for Higher Education in Latin America and the Caribbean (IESALC).*

Amazônico (ORA), Mauro Ruffino, participaram da 38ª sessão da Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), realizada na Guiana [12]. A delegação da OTCA busca levar à FAO a proposta de um projeto regional sobre Integração de Recursos Hídricos e Gestão da Pesca, com o objetivo de intensificar a cooperação para a pesca continental sustentável no contexto da segurança alimentar e nutricional.

No mesmo dia 19, a Diretora-Executiva da OTCA se reuniu com a Ministra da Gestão e da Inovação do Brasil, Esther Dweck, para discutir a possibilidade de ampliação da sede da OTCA em Brasília [13]. No dia 20, um dos destaques foi o comunicado sobre o projeto de estruturação de uma cadeia de sementes florestais na Amazônia paraense [14]. O projeto, que tem como uma de suas figuras centrais a ativista Marinês Lopes de Sousa, primeira mulher eleita para a presidência da Associação da Resex Rio Xingu, faz parte do Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), executado pela OTCA, pela ANA e pelo Instituto Socioambiental – ISA. Ele abarca cinco áreas protegidas (Resex Rio Xingu, Resex Rio Iriri, Resex Riozinho do Anfrísio e as Terras Indígenas Arara e Xipaya) que ocupam 1,8 milhão de hectares da Terra do Meio.

A finalidade do projeto é recuperar as áreas degradadas às margens do Rio Xingu, um dos afluentes principais do Amazonas. Valendo-se do conhecimento dos povos da floresta e por meio do mecanismo de pagamento por serviços ambientais, a ação gera renda para as famílias da região ao mesmo tempo que prioriza a restauração ecológica, considerada fundamental para a regulação hídrica. O arranjo do projeto engloba associações de povos indígenas e comunidades extrativistas, além de um termo de cooperação com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2023, a intervenção cobriu 25 hectares de terra degradada na beira do Xingu e plantou mais de 600 mil sementes com a ajuda das famílias participantes. A previsão é que isto se repita em 2024.

A agenda da OTCA em março incluiu, ainda, a participação da Diretora-Executiva na abertura do “Seminário Internacional Desenvolve Amazônia: a Política de Fronteira e a Bioeconomia na Amazônia”, realizado em Manaus [15]. O seminário reuniu autoridades vinculados à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), do Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), governadores e líderes regionais. Na ocasião, Grazziotin destacou a necessidade de identificar oportunidades na bioeconomia amazônica que promovam oportunidades de

investimento, crescimento, inovação e geração de renda, especialmente para as famílias e populações que residem em regiões de fronteira. Ela também citou o fortalecimento institucional da OTCA e priorizou temas como preservação ambiental, saúde pública e segurança.

No dia 22 de março, um resumo da OTCA mostrou os avanços de projetos que tratam sobre o manejo integrado e sustentável dos recursos hídricos dentro do Programa de Ações Estratégicas para a Gestão Integrada da Bacia Amazônica (PAE) [16]. O texto mostrou a atuação da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA), da Rede Hidrológica Amazônica (RHA) e da Rede de Qualidade da Água (RQA). Nesse caminho, foi divulgado também que a OTCA, por meio de cooperação Sul-Sul, pretende incluir 10 novas Plataformas de Coletas de Dados (PCD) para incrementar o monitoramento do Rio Madeira; e que Bolívia e Peru receberão, cada um, 5 plataformas. Esses dados fornecem insumos para a elaboração de política de prevenção de inundações e secas, sendo fundamentais no desenvolvimento da Plataforma Regional Integrada sobre a Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica.

No mais, o resumo divulgado pela OTCA sugere que a gestão das águas superficiais e, principalmente, subterrâneas se valerá do projeto “Rumo a uma melhor compreensão dos sistemas aquíferos da Amazônia para sua proteção e gestão sustentável”, focado prioritariamente nos territórios de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Em termos de intervenções, foi pautado que, desde 2023, os projetos vinculados a OTCA tem incorporado discussões e oficinas que tratam de questões de gênero na implementação do PAE. Até o momento, cerca de 100 profissionais foram capacitados na Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Atendendo à resiliência comunitária, o PAE prevê intervenções pontuais e a promoção de segurança hídrica nos países pan-amazônicos, seja por meio do estabelecimento de Sistemas de Alerta Precoce (SAP) ou pelo pagamento pela prestação de serviços socioambientais de comunidades tradicionais. Ainda na temática dos recursos hídricos e fechando o mês de março, no dia 26, a diretora Vanessa Grazziotin participou da conferência pelos 20 anos do Observatório HYBAM dos Rios Amazônicos. Representando a OTCA, ela citou os esforços recentes da organização no desenvolvimento de estratégias e políticas voltadas à gestão dos recursos hídricos, além de mencionar o acesso à água e o saneamento básico como condições essenciais de sobrevivência das comunidades amazônicas. O evento contou com a participação de

representantes da ANA, do Serviço Geológico Brasileiro (SGB), da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade de Brasília, do *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD) e da Embaixada da França.

Referências

- [1] Disponível em:
<https://otca.org/pt/a-implementacao-do-pae-no-brasil-ganha-forca-com-evento-que-reuniu-autoridades-especialistas-e-representantes-de-povos-e-comunidades-tradicionais/>
- [2] Disponível em:
<https://otca.org/pt/reuniao-realizada-para-dialogar-o-ensino-superior-na-regiao/>
- [3] Disponível em:
<https://otca.org/pt/avancos-e-parcerias-na-implementando-da-declaracao-de-belem-na-amazonia/>
- [4] Disponível em:
<https://otca.org/pt/especialista-fala-sobre-os-desafios-da-integracao-dos-sistemas-nacionais-de-monitoramento-ambiental-para-uma-gestao-regional-das-aguas-amazonicas/>
- [5] Disponível em:
<https://otca.org/pt/diretora-executiva-vanessa-graziotin-destaca-avancos-da-cooperacao-regional-na-assembleia-do-bid-amazonia-sempre/>
- [6] Disponível em:
<https://otca.org/pt/reuniao-de-planejamento-entre-otca-midr-e-ana-fortalece-cooperacao-em-evento-sobre-a-regiao-amazonica/>
- [7] Disponível em:
<https://otca.org/pt/conferencia-de-novas-economias-discussoes-iniciais-na-reuniao-preparatoria-em-belem-do-para/>
- [8] Disponível em:
<https://otca.org/pt/reuniao-preparatoria-da-conferencia-internacional-sobre-a-amazonia-e-as-novas-economias-2024-concluida-com-sucesso-em-belem-do-para/>
- [9] Disponível em:
<https://otca.org/pt/otca-e-creces-unem-esforcos-para-impulsionar-pesquisa-e-inovacao-na-amazonia/>
- [10] Disponível em:
<https://otca.org/pt/vanessa-graziotin-em-belem-dialogo-com-o-prefeito-e-engajamento-na-conferencia-sobre-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia/>
- [11] Disponível em:
<https://otca.org/pt/reuniao-entre-a-otca-e-o-programa-universidade-da-amazonia-fortalece-a-colaboracao-interinstitucional/>
- [12] Disponível em:
<https://otca.org/pt/otca-participa-da-38a-conferencia-regional-da-fao/>
- [13] Disponível em:
<https://otca.org/pt/a-diretora-executiva-da-otca-e-ministra-da-gestao-e-da-inovacao-se-reunem-para-tratar-ampliacao-da-sede-da-organizacao/>
- [14] Disponível em:
<https://otca.org/pt/cadeia-de-sementes-florestais-gera-renda-para-comunidades-tradicionais-da-amazonia-brasileira-e-ajuda-no-combate-as-mudancas-climaticas/>

[15] Disponível em:

<https://otca.org/pt/diretora-executiva-da-otca-destaca-cooperacao-regional-e-potencial-da-bioeconomia-na-amazonia-durante-seminario-internacional/>

[16] Disponível em:

<https://otca.org/pt/otca-e-paises-membros-avancam-na-implementacao-do-programa-de-acoes-estrategicas-para-a-gestao-integrada-da-bacia-amazonica/>

[17] Disponível em:

<https://otca.org/pt/diretora-da-otca-destaca-a-importancia-da-gestao-sustentavel-da-agua-em-conferencia-do-observatorio-hybam/>